

O papel do Instituto Histórico na construção de memórias sobre a Baixada Fluminense (1971-1985)

The role of the Historical Institute in the construction of memories about the Baixada Fluminense (1971-1985)

Eliana Santos Laurentino*

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
São Gonçalo, Rio de Janeiro, Brasil

Rui Aniceto Fernandes**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Recebido em: 15 set. 2020.

Aprovado em: 29 nov. 2020.



* Doutoranda em História Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ. Mestre em Educação, Cultura e Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Especialista em História da África e do Negro no Brasil pela Universidade Candido Mendes; graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail: laurentinoeliana@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-3742-1525>

 <http://lattes.cnpq.br/1996350256561387>

** Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, Departamento de Ciências Humanas e Programa de Pós-graduação em História Social. Doutor em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense; graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: ruianiceto@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-1329-3570>

 <http://lattes.cnpq.br/1751396684475390>

Resumo

A proposta deste trabalho é apresentar como o Instituto Histórico da Câmara de Duque de Caxias (RJ), fundado em 1971, foi útil para edificar uma memória de “progresso” para o município, durante o período em que a cidade foi enquadrada como “área interesse de segurança nacional”. As ações do legislativo e do fortalecimento de imagens, com símbolos e comemorações no espaço, favoreceram a participação e o diálogo com regime político. O lugar de memória é aqui considerado no sentido proposto por Pierre Nora, que a memória não se constrói livremente, mas é alimentada por arquivos, aniversários e celebrações. A seleção de fontes incluiu os periódicos locais, como: o jornal *Municipal* e a *Luta Democrática*, bem como a produção realizada por Dalva Lazaroni, no período de gestão do Instituto Histórico, com o livro *Esboço Histórico Geográfico do Município de Duque de Caxias* (1978). A partir da análise das ações realizadas pelo espaço e a produção da diretora, foram encontrados indicativos do reconhecimento do lugar de poder e prestígio do instituto, e a aplicabilidade de projetos historiográficos na consolidação de projetos políticos, potencializando o lugar de produção como parte do processo de construção do território.

Palavras-chave: Baixada Fluminense. Instituto Histórico. Historiografia.

Abstract

The purpose of this work is to present how the Historical Institute of the Chamber of Duque de Caxias (RJ), founded in 1971, was useful to build a memory of “progress” for the municipality, during the period when the city was framed as an area of national security. The actions of the legislature and the strengthening of images, with symbols and celebrations in the space, favored participation and dialogue with the political regime. The place of memory is considered here in the sense proposed by Pierre Nora, that memory is not lost, but is fed by archives, birthdays and celebrations. The selection of sources included local periodicals, such as: *Municipal* newspaper and *Luta Democrática*, as well as a production by Dalva Lazaroni, during the period of management of the historic institute, with the book *Geographical Sketch of the Municipality of Duque de Caxias* (1978). From the analysis of the actions taken by the space and the production of the director, indications were found of the recognition of the place of power and prestige of the institute, and the applicability of historiographic projects in the consolidation of political projects, enhancing the place of production as part of the process of construction of the territory.

Keywords: Baixada Fluminense. Historical Institute. Historiography.

Primeiras considerações

A criação do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, em 1971, fez parte dos projetos políticos da cidade de solidificar uma imagem pacífica para estabelecer diálogos com os interventores, no período em que o município foi considerado “área de segurança nacional”. A nomenclatura do espaço sofreu influência da valorização do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), durante a conjuntura de criação, como acreditamos ter sido para muitos outros institutos municipais no período, mas, no caso dessa instituição, sua própria existência a partir do poder legislativo, e suas ações indicaram diferentes usos, especialmente, no período entre 1971-1985. Assim, estamos considerando, que neste período, o espaço contribuiu para consolidar uma memória de uma cidade pacífica como mecanismo de romper as imagens de oposição ao regime político em curso. O instituto permanece em funcionamento e, em 2001, por meio de uma articulação política, novos agentes se aproximaram do espaço e estabeleceram diálogos com práticas de produções que impactam à escrita da história local.¹ A manutenção da instituição, do ponto de vista historiográfico, foi se configurando à medida que os intelectuais se incorporaram ao longo dos anos e estabeleceram diálogos historiográficos, especialmente a partir dos anos 2000. Isto reforça que o instituto, em Duque de Caxias, está no cruzamento da História Política, da Institucional e da própria História da Historiografia Regional.

Para o presente artigo, consideramos apresentar como os agentes do legislativo expressaram a insatisfação do enquadramento da cidade como “área de segurança nacional” e incentivaram políticas de memórias por meio dos jornais locais visando minimizar os impactos de restrição de seus poderes em Duque de Caxias.²

Assim, a cidade se constituiu administrativamente desvinculado de outro município em 1943, quando o então 8.º Distrito de Nova Iguaçu, sob a denominação de Caxias, teria adquirido autonomia, juntamente com São João de Meriti, Xerém e Estrela, tornando-se o município de Duque de Caxias. São João de Meriti se emancipou de Duque de Caxias em 1947 e Imbariê deu origem a outros dois distritos de Duque de Caxias, Xerém e Campos Elíseos, em 1954.³ Estas e outras mudanças são uma continuidade de rearranjos políticos resultados das reformas administrativas que ocorreram em Nova Iguaçu no início do século XX.⁴

¹ As potencialidades das escritas realizadas a partir do Instituto Histórico de Duque de Caxias, considerando o encontro geracional dos agentes, fazem parte da pesquisa de doutorado em desenvolvimento.

² A utilização de periódicos neste estudo considera uma abordagem de que a imprensa faz parte do campo de disputas sociais inseridas nos processos que se constituem. CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

³ SOUZA, Marlúcia Santos de. *Escavando o Passado da Cidade: História política da cidade de Duque de Caxias*. Duque de Caxias, RJ: APPH-Clio, 2014, p. 137.

⁴ Nova Iguaçu, até 1943, estava dividida em nove distritos: Nova Iguaçu, Queimados, José Bulhões, São João de Meriti, Bonfim, Xerém, Nilópolis, Caxias e Estrela. A fragmentação ocorreu a partir deste ano,

Atualmente, Duque de Caxias está dividida em quatro distritos: Duque de Caxias, Campos Elíseos, Imbariê e Xerém, e conta com mais de 855 mil habitantes, sendo a terceira cidade mais populosa do Estado do Rio de Janeiro.⁵ A região pode ser considerada uma área estratégica economicamente para o estado, mesmo antes de sua emancipação, pois desde a década de 1940, sob o projeto de colonização e de desenvolvimento industrial do Estado Novo, a região recebeu a instalação da Fábrica Nacional de Motores - FNM. De acordo com Marlúcia Souza, a construção de uma Siderúrgica de Volta Redonda e da FNM em Caxias foram um impulso à promoção da indústria de base no Brasil.⁶ Além da FNM, o município recebeu na década de 1960 a implementação da Refinaria de Duque de Caxias (REDUC) e a primeira empresa petroquímica brasileira, Fábrica de borracha (FABOR), em 1962, e posteriormente outras empresas se instalaram no entorno, compondo o chamado Polo Petroquímico.⁷

Estes fatores também contribuíram para um crescimento populacional na região que se mantém na atualidade, com a presença de outras empresas privadas. Além disso, o escoamento da produção é facilitado pelas rodovias que cortam o município, como: Rodovia Washington Luís, Rodovia Presidente Dutra, Linha Vermelha e Arco Metropolitano. A existência de muitas empresas na região impacta na arrecadação fiscal da cidade e a REDUC fortalece sua posição estratégica para o estado, conferindo a Duque de Caxias uma das melhores arrecadações de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do estado.

Algumas pesquisas sobre a região permitiram identificar essas singularidades. Uma delas foi realizada pela Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM), que adotou "critérios como grau de urbanização, violência e densidade populacional", restringindo a Baixada Fluminense à denominação de Unidades Urbanas Integradas a Oeste (UUIO) do Rio de Janeiro.⁸ De acordo com a classificação da FUNDREM, a Baixada Fluminense é composta pelos seguintes municípios: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados, Mesquita, Japeri.⁹

Para Manoel Ricardo Simões, não existe uma definição precisa da Baixada Fluminense, com limites e municípios específicos, que pode variar conforme os interesses do pesquisador.

com a emancipação de novos municípios como Duque de Caxias (1943), São João de Meriti e Nilópolis (1947), Queimados e Belford Roxo (1990), Japeri (1991) e Mesquita (1999). Manoel Ricardo Simões apresenta como as emancipações ocorreram em momentos distintos e estavam relacionadas a determinados contextos políticos. A década 1940 favoreceu que determinados municípios se emancipassem dentro da lógica dos interesses políticos dos projetos do interventor estadual Amaral Peixoto. Já a fragmentação de 1947 estava relacionada aos impactos da nova Constituição, pós-Estado Novo. O autor ainda recupera os primeiros movimentos de emancipação de Mesquita, Belford Roxo e Queimados, mas observa que ocorreu um "hiato das emancipações da Baixada Fluminense - 1947-1988", somente retomando as fragmentações pós-Constituição de 1988. SIMÕES, Manoel Ricardo. *A Cidade estilhaçada. Reestruturação Econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Mesquita, RJ: Entorno, 2007, p. 155.

⁵ De acordo com o Censo de 2010, São Gonçalo (999 mil) estaria em segundo lugar e o município do Rio de Janeiro (6 milhões 320 mil) em primeiro lugar em relação ao número de habitantes. Cf.: Brasil / Rio de Janeiro / Duque de Caxias. IBGE. (Plataforma). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/duque-de-caxias/pesquisa/23/25207?tipo=ranking>. Acesso em: 22 jul. 2019.

⁶ SOUZA, Marlúcia Santos de. *Escavando o Passado... Op. cit.*, p. 125.

⁷ *Ibidem*, p. 143.

⁸ *Ibidem*, p. 6.

⁹ *Ibidem*, p. 15.

Entretanto, parece unânime que Duque de Caxias e Nova Iguaçu sejam “o núcleo duro” da região, e que também sejam considerados como parte deste território os municípios “satélites”: São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados, Mesquita e Japeri. Os embates estariam nos municípios mais a oeste, leste e norte, como: Magé, Guapimirim, Itaguaí, Seropédica e Paracambi, que podem ou não ser incluídos por determinados autores. Uma das possíveis explicações é que a Baixada Fluminense seria considerada como uma derivação do antigo município de Iguaçu, nome oficial de Nova Iguaçu até 1916. E nesse sentido, os municípios que não derivaram dessa “Grande Iguaçu”, como Itaguaí, Paracambi e Seropédica, para alguns autores, não poderia ser considerado pertencente a Baixada Fluminense.¹⁰

As construções e referências conceituais foram expressas no estudo de Ana Lucia Enne sobre a identidade da Baixada Fluminense. Enne, preocupada em entender como determinados agentes construíram uma identidade do território, partiu dos registros em jornais de grande circulação na capital do Rio de Janeiro, como o *Jornal do Brasil*, a *Última Hora* e o jornal *O Dia*, e com isto nos apresentou um panorama das representações entre as décadas de 1950 e 2000, destacando como as imagens de violência foram se constituindo e ganhando maior amplitude a partir do chamado Saque de 1962.¹¹

A imprensa destacou o Saque de 1962 como uma representação máxima de violência e da falta de segurança na região. Porém, o evento foi resultado das demandas do cenário nacional, no qual a população estava sofrendo com o crescimento da inflação, das perdas de salários e da sonegação de alimentos por parte dos produtores e dos comerciantes, devido a desvalorização das mercadorias. Em meio a uma crise econômica somada às disputas políticas, foi organizada uma greve geral no país, marcada para o dia 5 de julho de 1962.¹² Por conta da greve, cerca de 20 mil pessoas se aglomeraram na Praça do Pacificador, no centro da cidade de Duque de Caxias, à espera de transporte público. A notícia de existência de feijão escondido nas lojas da região provocou agitação e o início dos saques no comércio. De acordo com Souza, o “saque iniciado em Caxias se espalhou pela Baixada. Cerca de 42 pessoas morreram, setecentas ficaram feridas e dois mil estabelecimentos comerciais foram atingidos”.¹³ A repercussão nos jornais e revistas foi intensa e a resposta dos comerciantes praticamente imediata.¹⁴

O saque foi amplamente noticiado, e o que se percebe no discurso político é que a imagem de uma população resistente e vinculada aos movimentos de contestação, poderia ser encarada com um risco ao novo regime. Deste modo, a partir do período de intervenção militar

¹⁰ Cf.: SIMÕES, Manoel Ricardo. *A Cidade estilhaçada... Op. cit.*

¹¹ ENNE, Ana Lucia Silva. “Lugar, meu amigo, é minha Baixada”: *Memória, Representações Sociais e Identidades*. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

¹² SOUZA, Marlúcia Santos de. *Escavando o Passado... Op. cit.*, p. 236.

¹³ *Ibidem*, p. 238.

¹⁴ Sobre as reações dos comerciantes e da polícia local, ver: ALVES, José Cláudio. *Baixada Fluminense: a construção do poder*. In: *Dos Barões ao Extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2002.

na região, o papel do legislativo foi decisivo para estabelecer as relações com os poderes estadual e federal. Apesar do movimento do legislativo para revogar o ato não ter sido suficiente, os discursos nos jornais locais parecem ter servido como tentativa de sustentação da imagem de mensageiros e defensores da cidade, bem como para minimizar os efeitos de intervenção, o que foi alimentado com políticas de memórias, por meio dos símbolos, das comemorações e das práticas constantes dos vereadores em busca de um diálogo e de formas de viabilizar mecanismos de poder local.

Instituto Histórico como um lugar de memória

O prefeito Francisco Estácio da Silva autorizou ao “Dr. Elias Lazaroni, diretor geral da secretaria, a tomar as necessárias providências para a fundação e funcionamento do Museu Histórico Municipal”, em 13 de abril de 1971.¹⁵ Francisco Estácio assumiu mediante conflitos internos para a definição do primeiro interventor. O candidato do governador Raimundo Padilha seria o general Paulo Teixeira da Silva, que gerou insatisfação à direção arenista em Duque de Caxias, já que não tiveram participação na decisão ou mesmo foram notificados, mas o general não chegou a assumir, pois sua nomeação tinha resistências nos altos cargos militares. Paulo Teixeira acabou sendo nomeado para a Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro e isto possibilitou outras tentativas de nomeação, principalmente no âmbito local.

Os fatores internos na cidade foram fundamentais nesse momento, pois estava em jogo a eleição do presidente da Câmara de Vereadores para o início do período legislativo. Assim, como não havia prefeito nomeado, o cargo seria ocupado pelo presidente da Câmara. Francisco Estácio da Silva, parente de Ruyter Poubel e Zoelzer Poubel, recebeu apoio de 9 vereadores do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e 3 vereadores do Arena, e acabou sendo eleito como presidente da Câmara.¹⁶

O cenário de instabilidade política pressionava o legislativo à articulação com outras lideranças no estado, como foi o caso de José Peixoto Filho. Eleito em 1968 como deputado federal no Rio de Janeiro pelo PMDB, possuía um forte reduto eleitoral em Duque de Caxias, onde foi vereador na década de 1950,¹⁷ e se apresentou como uma voz no Congresso, com pautas sobre a situação do município. O jornal *O Municipal* registrou que o deputado se pronunciou inúmeras vezes sobre a questão que envolvia permanência de Duque de Caxias como “área de interesse de segurança nacional”, conforme registros no “Diário do Congresso

¹⁵ INSTITUTO HISTÓRICO THOMÉ SIQUEIRA BARRETO (IHTSB). *Autorização de 13 de abril de 1971 para abertura do IHDC*. [S. n. t.].

¹⁶ CANTALEJO, Manoel Henrique de Souza. *O município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964-1985*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 113.

¹⁷ PEIXOTO FILHO, José. (Verbetes). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. (Recurso Online). Disponível em: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/peixoto-filho-jose>. Acesso em: 2 mar. 2020.

de 13 de abril de 1971, pág. 115, de 06 de maio de 1971, pág. 756, e de 14 de junho de 1971, pág. 1830". O relato do deputado Peixoto Filho enfatizou o papel dos líderes da Câmara Municipal, destacando o governo de cinco meses de Francisco Estácio da Silva, o presidente da Câmara que assumiu interinamente. De acordo com o deputado:

Câmara Municipal de Duque de Caxias, subscrito por seus ilustres edis, dirigido ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, pedindo 'a devolução da autonomia municipal à terra que serviu de berço ao patrono do nosso Exército'. Fui distinguido pelos vereadores da minha terra com a honrosa incumbência de ser o portador desse memorial como toda a imprensa divulgou, aproveitei a audiência da Comissão de Finanças da qual faço parte, para desincumbir-me da missão que me fora confiada. Ao entregar ao Presidente Médici o memorial dos vereadores da 'Cidade Progresso', fiz *ciente a Sua Excelência de que o Presidente da edilidade duque-caxiense governou o município durante mais de cinco meses, num clima de tranquilidade, o que bem demonstra e caracteriza a nova imagem do Município, cujo povo ordeiro, patriota e laborioso, 'está integrado nos seguros e progressistas destinos traçados pelo Governo Revolucionário'*, impondo-se, conseqüentemente, o atendimento do apelo de mais de 500 mil duque-caxienses consubstanciado no memorial da Câmara Municipal. Nessa oportunidade, aos membros da Comissão de Finanças mantiveram cordial diálogo com o Sr. Presidente da República, que, a certa altura afirmou "a colaboração do Poder Legislativo é valiosa, não só para o Poder Executivo."¹⁸

Além de destacar o governo de Francisco Estácio, o deputado reforçou o "clima de tranquilidade", que estaria de acordo com a própria "imagem do Município", de ordem e progresso. O memorial realizado pelos "edis" é um movimento de registro sobre um passado desejado para o território, com uma determinada expectativa de futuro que visava autonomia de eleição no município. Para tanto, era necessário alimentar uma imagem, como consta no relato de José Peixoto:

Nos dois primeiros discursos procurei defender a nova imagem do município que tenho a honra de representar nesta Casa, acentuando que, mesmo desconhecendo os motivos que levaram o Governo Revolucionário a privar o povo da terra berço do Patrono do glorioso Exército Brasileiro de escolher livremente o seu Prefeito, acreditava que o Sr. Presidente da República reexaminava o assunto, *depois de convencer-se que a 'Cidade Progresso' não é aquela comuna que durante tanto tempo, teve o seu laborioso povo caluniado e injuriado pelos noticiários sensacionalistas sem efeito o ato punitivo, devolvendo aos duque-caxienses o direito que lhes era assegurado desde 1947 de votar em eleições diretas para Prefeito e Vice-Prefeito Municipais. Ressaltar que em 1960, Duque de Caxias, tinha uma população de 330 mil habitantes.*¹⁹

Desvincular o passado de resistências e lutas do território seria uma forma de construir uma memória que se desejava, afinada ao discurso de progresso do novo regime político. Este movimento para criar a nova imagem e gerar um apagamento de ações passadas, parecia ultrapassar o interesse de revogar o Ato. As lideranças além de utilizar o registro de cidade progresso para estreitar diálogos e participação política no governo, também pareciam recorrer a um apelo político ao povo, divulgando nos noticiários suas constantes e insistentes lutas pela "terra".

¹⁸ INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (IH-CMDC). *O Municipal*, Duque de Caxias (RJ), 3 nov. 1972, p. 3. Grifo meu.

¹⁹ *Idem*. Grifo meu.

Acreditamos que diante do novo cenário político e da situação de controle direto do município, alguns membros do legislativo assumem o papel de construção de memórias sobre o território, com apagamento de um passado de resistência. Durante o enquadramento da cidade como “área de segurança nacional” e da chegada de um prefeito interventor, as declarações das lideranças políticas reforçaram o desejo de uma imagem pacífica do município.

Foi durante o pouco período de governo de Francisco Estácio que o Instituto recebeu autorização de criação. Sua inauguração ocorreu em 1973, durante a gestão do general Marciano de Medeiros, quem possibilitou a consolidação da proposta. O espaço ocupado pela instituição foi dentro da Câmara Municipal, sendo manchete nos jornais locais que destacaram a ação do legislativo para o apoio à cultura em Duque de Caxias. A inauguração foi seguidamente noticiada pelo jornal *Luta Democrática*, reforçando a importância do espaço para os interesses políticos. Sob o título de “Inaugurado em Caxias o Instituto Histórico”, a matéria dizia:

Em solenidade realizada na sede da Câmara Municipal de Duque de Caxias com a presença do governador Raimundo Padilha, o capitão da PM José Guilherme Springer, do prefeito do Município, general Marciano Medeiros e outras autoridades, foi inaugurado o Instituto Histórico ‘Duque de Caxias’, uma iniciativa da Câmara local, como homenagem ao Patrono do Exército.²⁰

Esta e outras notícias nos jornais locais sobre a inauguração do instituto reforçam o movimento político do legislativo na construção de uma determinada memória para a cidade. Tanto que o destaque da própria matéria é o vínculo do Instituto com o nome do “Duque de Caxias” e a homenagem ao “patrono do exército”. Essa construção foi realizada por movimento contínuo de diferentes intelectuais que gravitaram no espaço, e que ao longo do tempo foram fortalecendo ou desconstruindo algumas imagens e memórias para cidade e para a própria câmara de vereadores.

O Instituto Histórico ocupa cinco salas do Legislativo e reúne milhares de documentos e dezenas de quadros, gravuras, recortes de jornais, revistas, sobre a história daquele município fluminense. Entre os trabalhos ali expostos destacam-se um retrato a óleo do Patrono do Exército e uma galeria fotográfica de toda a família de Luiz Alves de Lima e Silva.²¹

Estes registros do passado da cidade que constam no espaço têm destaque à figura do Duque de Caxias e seu vínculo com o território. Além do retrato do patrono, também constava no acervo uma “paisagem da antiga vivenda de Estrela, hoje Imbariê, que foi residência do Duque de Caxias”, bem como uma coleção de fotografias de visitas de ex-presidentes ao município, como: Getúlio Vargas, Castelo Branco e Costa e Silva.²² E, como forma de validar estas ações o texto sobre a inauguração ainda complementa que:

²⁰ BIBLIOTECA NACIONAL - RIO DE JANEIRO (BN-RJ). *Luta Democrática*, Duque de Caxias (RJ), 2 fev. 1973, p. 3, Grifo meu.

²¹ *Idem*. Grifo meu.

²² *Idem*.

O ato inaugural do Instituto Histórico foi presidido pelo prefeito de Duque de Caxias, que cortou a fita simbólica, seguida de uma visita às dependências do órgão acompanhando o prefeito, o sr. Elias Lazoni diretor da Secretaria de Cultura deu explicações de tudo que ali está exposto.

Participaram da cerimônia, além dos secretários da Prefeitura, membros do Poder Judiciário, historiadores, parlamentares e figuras ligadas aos meios culturais do Estado do Rio de Janeiro.²³

Como nos lembra Pierre Nora, estes lugares são criados no entendimento de que a memória não se constrói livremente, mas é alimentada por arquivos, datas comemorativas e celebrações.²⁴ Isto foi frequente na cidade entre os anos de 1973 e 1980, com premiações realizadas na Câmara Municipal, seguidas de celebrações, seja no Instituto Histórico, com sede na própria Câmara Municipal, ou mesmo no Museu da Taquara, espaço localizado no terceiro distrito de Duque de Caxias, e outras referências ao Patrono da cidade.

O uso do passado, com a figura do patrono, no contexto político do período, inicialmente parece compreensível, visto a lógica do significado do Duque de Caxias ao exército brasileiro. Assim, o reconhecimento e a valorização do vínculo deste personagem com a cidade foram constantes e ocuparam muitas páginas dos jornais locais, indicando as comemorações e homenagens. O movimento de construção dessa memória era consolidado com medalhas, homenagens e produções historiográficas.

A escrita como parte da construção territorial

Foi notícia no *Jornal do Brasil* a presença de Faria Lima na posse de prefeitos em Duque de Caxias, Rio de Janeiro e Niterói. No contexto da fusão do Estado da Guanabara e do Estado Rio de Janeiro, a visibilidade do local parece ultrapassar a municipalidade. Assim, questões antigas da região da Baixada Fluminense, como água e segurança, foram abordadas pelo governador, que registrou que esperava “solucionar o problema da água e da segurança pública”.²⁵ O interventor em Duque de Caxias, o coronel Renato Moreira da Fonseca, ao tomar posse na Câmara Municipal confirmou que esperava “corresponder a confiança depositada nele pelo Governador Faria Lima bem como atender as reivindicações do povo de Duque de Caxias”.²⁶ O município, enquadrado na categoria de “área de segurança nacional”, estava sob a atenção direta da administração estadual.

Além das mudanças administrativas, as contribuições da história local para identidade do estado estavam em pauta. Em 1963, foi criada a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara (DPHA), um órgão com foco no patrimônio cultural do estado, substituído pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), em 1975. Estes órgãos

²³ BN-RJ. *Luta Democrática*, Duque de Caxias (RJ), 2 fev. 1973, p. 3.

²⁴ NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 13.

²⁵ *O Globo*, Rio de Janeiro, 1.º mar. 1975, p. 10. *Apud*: CANTALEJO, Manoel Henrique de Souza. *O município de Duque...* *Op. cit.*, p. 128.

²⁶ *Luta Democrática*, Duque de Caxias (RJ), 18 mar. 1975, p. 3. *Apud*: CANTALEJO, Manoel Henrique de Souza. *O município de Duque...* *Op. cit.*, p. 129.

incentivaram trabalhos com foco na memória e estimularam a criação de institutos, o que ocorreu com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Niterói e da Academia Resendense de História em 1973, bem como a inauguração do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias.

Durante muito tempo, os quadros efetivos do Instituto foram ocupados por funcionários ligados diretamente aos cargos políticos. A primeira diretora foi Elaine Estácio da Silva, irmã do ex-prefeito da cidade, Francisco Estácio da Silva. Elaine Silva teve Dalva Lazaroni como sucessora na direção, irmã de Elias Lazaroni, chefe de gabinete no governo de Moacyr do Carmo em 1966. Dalva ficou no cargo até 1986.²⁷

Alinhado aos incentivos de investimentos para ações culturais, tanto no âmbito federal quanto do âmbito estadual, o interventor Renato Fonseca estimulou os eventos comemorativos no Instituto, e as escritas produzidas a partir do espaço. Uma das primeiras produções de agentes oriundos do Instituto Histórico, com foco na história da cidade de Duque de Caxias, foi a obra de Dalva Lazaroni *Esboço Histórico Geográfico do Município de Duque de Caxias* (1978). A proposta do livro aparece nas primeiras páginas, com o prefácio do interventor coronel Renato Moreira Fonseca, que salienta: "trata-se de uma obra de grande alcance e grande repercussão e será, é inevitável, meio propício à *instrução* e fonte geradora de consulta, nos diversos setores da vida regional".²⁸ O livro foi realizado e publicado com o suporte do Instituto Histórico. Isto implicou em outros desdobramentos do material, como a publicação de um livro didático, utilizado no município de Duque de Caxias na década de 1990.²⁹

As produções e ações dos agentes que transitam no instituto histórico municipal é um meio de identificar, em uma perspectiva de escalas, como a escrita da história regional faz parte do processo de construção do território. Assim, o instituto em Duque de Caxias não é apenas um recorte regional, mas as interações que mobilizam as escritas são parte do processo de construção deste cenário, que tem nos intelectuais uma representação nos estudos de história regional.

As primeiras produções não passam, necessariamente, por crivos acadêmicos, que de acordo com Beatriz Sarlo seriam parte de regras do método da disciplina histórica que estariam associadas a uma supervisão dos modos de se reconstituir o passado, indicando um ideal epistemológico que pudesse garantir um "artesanato aceitável de seus produtos". Para Sarlo, as produções não acadêmicas, também tem relevância e precisam ser postas em evidência. Segundo a autora: "A modalidade não acadêmica (ainda que praticada por um

²⁷ MARQUÊS, Alexandre dos. *Militantes da cultura em uma área periférica de Duque de Caxias (1950-1980)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Severino Sombra, Vassouras (RJ), p. 30.

²⁸ MORAES, Dalva Lazaroni de. *Esboço Histórico Geográfico do Município de Duque de Caxias*. Duque de Caxias, RJ: Arsgráfica, 1978, p. 1. Grifos nossos.

²⁹ MORAES, Dalva Lazaroni. *O município de Duque de Caxias: sua terra, sua gente, sua economia*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1990.

historiador de formação acadêmica) escuta os sentidos comuns do presente, atende às crenças de seu público e orienta-se em função delas”.³⁰

A produção realizada por Dalva Lazaroni foi enquadrada durante muito tempo pelos historiadores da região como uma produção apaixonada pelo território, ignorando as aplicabilidades historiográficas da agente no contexto de produção.³¹ Lazaroni é natural de Itaperuna (RJ), formada em Biblioteconomia pela Biblioteca Nacional, em Letras pela Fundação Educacional de Duque de Caxias (FEUDUC) e em Direito pelo Centro Universitário Augusto Mota (UNISUAM). Além de ser uma das fundadoras do Instituto Histórico e Geográfico de Duque de Caxias. Em 2001, era presidente da Casa França-Brasil, onde em parceria com o governo do estado realizou a exposição “Devoção e esquecimento – presença do Barroco na Baixada Fluminense”.³²

Com forte atuação política na cidade, Lazaroni ficou na direção do Instituto até 1986 e seguiu em cargos públicos e com as escritas sobre a cidade.³³ Ela foi fundadora do Partido Verde e ocupou algumas pastas no município de Duque de Caxias, como a Secretária do Meio Ambiente e da Cultura, e foi a primeira vereadora no município. Candidatou-se ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, em 1988, mas foi derrotada no segundo turno por Anthony Garotinho. Em 2004, candidatou-se a vereadora do município do Rio de Janeiro, tendo sido eleita primeira suplente. Em 2011, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores de Duque de Caxias. Até 2016, ano de seu falecimento, foi atuante em atividades públicas e escritora ativa, com mais de trinta obras públicas.³⁴

A escrita da história é um reflexo da prática e das intenções de articulação que a temática permite construir. Assim, como apresenta Michel de Certeau: “Não existe relato histórico no qual não esteja explicitada a relação com um corpo social e com uma instituição de saber”.³⁵ Neste sentido, busca-se analisar quem produz essa história e para quem interessa. Deste modo,

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). É admitir que ela faz parte da

³⁰ SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: Cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007, p. 13.

³¹ No que tange às pesquisas sobre as produções realizadas fora dos circuitos acadêmicos, Rui Fernandes diz que muitos trabalhos foram ignorados, por conter um perfil “memorialista”. Isto ocorreu, especialmente, em um momento que se desejava afirmar o lugar da disciplina histórica no âmbito do espaço universitário, em um período de consolidação dos cursos de pós-graduação no Brasil, na década de 1970. FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Historiografia e a identidade fluminense. A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p.48.

³² ENNE, Ana Lucia Silva. “Lugar, meu amigo... *Op. cit.*, p. 180-181.

³³ Entre suas obras destaca-se o livro: LAZARONI, Dalva. *Mate com Angu: A História de Armanda Álvaro Alberto*. Rio de Janeiro: Europa, 2010.

³⁴ DANTAS, Lohane Cristina Castro *et al.* Mulheres como protagonistas na política: a representatividade da mulher na política da Baixada Fluminense - Duque de Caxias e Magé, RJ. *Revista Periferia*, Duque de Caxias (RJ), v. 10, n. 2, jul.-dez. 2018, p. 207.

³⁵ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 88.

"realidade" da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada 'enquanto atividade humana', 'enquanto prática'.³⁶

O livro *Esboço Histórico Geográfico do Município de Duque de Caxias* se insere em um contexto de valorização da relação entre História e Geografia e se compromete com o lugar de produção para a consolidação de uma imagem-progresso da cidade, destacando os avanços administrativos e políticos. O livro está dividido em cinco capítulos, são eles: "A terra Duquecaxiense", "412 Anos de História", "Aspecto turístico do Município", "Coletânea de termos indígenas na toponímia duquecaxiense", "Coletânea de Leis do interesse do Município de Duque de Caxias". A organização da obra de Lazaroni segue os moldes da produção realizada vinte anos antes por José Lustosa, com caráter linear, possui ênfase nos aspectos geográficos da região e informações das principais famílias que teriam atuado para a construção da cidade de Duque de Caxias. A autora incluiu na produção de 1978, como Lustosa, dados estatísticos, limites geográficos da região, desde as freguesias até os anos 1950, e acrescentou os termos indígenas e as leis do município.³⁷

O livro inicia com informações gerais, sobre relevo, migrações, comércio e estrutura econômica da "A Terra Duquecaxiense", considerando como fonte dados da "Assessoria de Planejamento e Orçamento da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias" para os dados sobre os bairros. No tópico sobre a população do município, mesmo que emancipação tenha ocorrido em 1943, a autora demarca um recorte temporal mais amplo para cidade, considerando desde 1910, e para isto utiliza como fonte as informações do IBGE:

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - no ano de 1910, registra nosso contingente populacional, estimado em 800 habitantes. Em 1920, um novo censo acusava 2.920 pessoas. No início da segunda metade do século - 1950 - éramos 123.432.

De acordo com o último censo - 1970 - é de 431.345 habitantes a nossa população³⁸

Lazaroni ainda produz um gráfico com registro de crescimento populacional do Município de 1910 a 1970, e considera que: "estimativa feita em 1975 pelo IBGE. Mantendo o ritmo de crescimento atual, através de estudos feitos pela Assessoria de Planejamento e Orçamento da PMDC e FUNDREM, a população atingirá novecentos mil habitantes em 1980".³⁹

A obra tem um volume significativo de documentos transcritos como: "a Relação das Sesmarias (1565-1796)- Transcrito Revista do Instituto Histórico - v. 63 (1900) p. I";⁴⁰ e, transcrições dos registros sobre as novas demarcações territoriais no Rio de Janeiro realizado por Monsenhor Pizarro, na obra *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. A autora também insere mapas, destacando o valor da mapoteca do Itamaraty, pois de acordo com suas palavras era uma "fonte valiosa de pesquisa, na qual encontramos a carta geográfica do Rio de

³⁶ *Ibidem*, p. 56.

³⁷ O livro de Lustosa é o considerado a primeira obra historiográfica sobre a cidade, escrito em 1958 para a comemoração dos 15 anos de emancipação. LUSTOSA, José. *Cidade de Duque de Caxias. desenvolvimento histórico do município - dados gerais*. Rio de Janeiro: Serv. Gráfica do IBGE, 1958.

³⁸ MORAES, Dalva Lazaroni de. *Esboço Histórico Geográfico... Op. cit.*, p. 13.

³⁹ *Ibidem*, p. 15, anexo 13A.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 30.

Janeiro datada de 1666, onde observamos, à direita do mapa, os rios 'MIRITIH, SIMPUIY E - AGUALLU' (Meriti, Sarapuí e Iguaçu)".⁴¹

A narrativa sobre o crescimento populacional com dados migratórios destaca deslocamentos de outros estados do Brasil e do próprio interior do Estado do Rio de Janeiro, em especial o deslocamento do Norte Fluminense, como "Itaperuna, Bom Jesus de Itabapoana, Pádua e diversas outras cidades daquela redondeza". Para a autora, esses "homens e mulheres" são os que "sobressaíram e ainda trabalham em *prol das letras, das artes, da educação e cultura, da política e do comércio, da indústria e da saúde*". Eles seriam "criaturas que deixaram seu torrão natal em busca de trabalho mais bem pago e com esperanças de melhores condições de vida". Eles teriam promovido o crescimento populacional e desse modo seriam esses "jovens que deram o melhor de si, *transformando-se em duquecaxienses por merecimento*".⁴²

O próprio recorte temporal estabelece como se deu a ocupação do território e as nomenclaturas, bem como define quem deve ser homenageado ou quem deve ser o representante da cidade. O recorte temporal considera "412 anos de História", com uma narrativa que acompanha a chegada dos portugueses ao Brasil e o interesse ao espaço territorial do que é hoje a Baixada Fluminense. A abertura do capítulo salienta os seguintes pontos:

A terra era selvagem e os índios deram-lhe seu nome: JACUTINGA;
Os lusitanos vieram e cristianizaram-na com o nome SANTO ANTÔNIO;
O "peixe martelante" lhe empresta TRAIRAPONGA e o homem batiza-a SÃO JOÃO;
Por causa da "água pouca" ou da palmeira brasileira chamaram-na MERITI;
... e os filhos da terra homenageiam outro maior: DUQUE DE CAXIAS... e assim há de ser.⁴³

Contendo dados sobre as sesmarias, o povoamento e as freguesias, a proposta da autora não é apenas se posicionar e marcar seu direito sobre o registro do passado, mas, sobretudo, a quem pertence o futuro da cidade. A autora reserva um tópico da obra para falar dos "filhos ilustres nascidos no tempo das freguesias", com destaque ao Duque de Caxias. O registro de nomes e personalidades, como condes e barões são mecanismos de homenagem e investimentos desses "ilustres" à cidade. Como o caso do Barão do Pilar, que "era tal seu amor pela terra que preferiu empobrecer aqui onde possuiu fortuna, fama e título a deixá-la. A decadência de Pilar foi a sua própria".⁴⁴

As ações desses "ilustres" teriam proporcionado a ocupação do território e atuação para o que Lazaroni aborda como os ciclos econômicos realizados por estes agentes durante o

⁴¹ *Ibidem*, p. 33.

⁴² MORAES, Dalva Lazaroni de. *Esboço Histórico Geográfico... Op. cit.*, p. 14. Sendo a autora oriunda do Norte fluminense, a ênfase sobre o "*merecimento*" implicaria também no direito à escrita sobre a cidade. Os prefácios, agradecimentos e introduções dos autores sobre Baixada Fluminense, apresentam de forma recorrente os locais de nascimento, seja para enfatizar o "direito" ao registro sobre a região, por nascimento no local, ou mesmo para enfatizar o período que o autor realizou o deslocamento para região e os seus vínculos.

⁴³ *Ibidem*, p. 23. Grifos no original.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 82.

período colonial na região. Para a autora, “a Baixada Fluminense foi uma das zonas disputadas no período da conquista e do povoamento da Província do Rio de Janeiro”, mas apenas “teve suas terras desenvolvidas e privilegiadas nos dois últimos séculos”.⁴⁵ Com destaque aos rios para o potencial de circulação de mercadorias na região.

Nesse sentido, o trabalho aborda o papel dos caminhos para o crescimento dos povoados e o estabelecimento das vilas, mas não atribui relevância à Vila de Iguaçú, que ocupa apenas uma página de registro. O foco é o papel e o significado de Duque de Caxias, bem como a atuação de determinadas figuras, como Armanda Álvaro Alberto.

A contribuição dos primeiros habitantes do território ficou no levantamento dos nomes indígenas para as ruas do município e o pedido para “despertar na população para os anos que envolvem nossas memórias indígenas”.⁴⁶ E, no que se refere à população negra, consta apenas referência à existência de quilombos, no capítulo sobre as freguesias. Eles eram vistos como ameaças aos moradores, com apontamentos dos documentos sobre a atuação dos chefes de polícia para conter o avanço dos quilombos. Além de um parágrafo, sob o tópico “Macumba”, indicando a existência deste “ritual afro-brasileiro” que atraía muitos turistas, como o “Centro de Joãozinho da Goméia”.⁴⁷

Antes de registrar os aspectos turísticos da cidade e os nomes indígenas, a autora fez uma nota para indicar que esse primeiro volume foi finalizado, mas que contava com a participação de todos para um segundo volume, pedindo que a comunidade entregasse na Câmara Municipal informações e documentos com valor histórico.⁴⁸ A continuidade parece que foi realizada por meio do livro didático de 1990.

A obra de 1990, distribuída para o primeiro segmento escolar do município de Duque de Caxias, parece ser resultado das pesquisas realizadas para o livro *Esboço Histórico Geográfico do Município de Duque de Caxias*. Tanto que a autora na apresentação destaca:

Ao aluno:

É com alegria que lhe entrego esta obra sobre o município de Duque de Caxias, resultado de longos anos de pesquisa e, por isso mesmo gratificante. Depois, sendo usada por você, tem possibilidade de contribuir para o desenvolvimento da sua consciência social. Isto porque, investigando a História e a Geografia da Cidade, analisando os erros do passado, podemos criar recursos capazes de diminuir a pobreza da nossa gente [...] e convido você a buscar mais informações sobre os dados narrados.⁴⁹

O livro *Duque de Caxias: sua terra, sua gente, sua economia, sua história* não apresenta referências bibliográficas, o que parece ser uma continuidade de seu livro de 1978, no qual a autora não realizou diálogos profundos com outros autores. Ela fez referência apenas a Matoso Maia Forte e esclarece, em outra nota explicativa, que se baseou e adaptou da obra de J. Romão da Silva, *Denominações indígenas na toponímia carioca*, para falar e compilar sobre os termos indígenas. A abordagem da obra seguiu um padrão das primeiras produções

⁴⁵ *Ibidem*, p. 85.

⁴⁶ MORAES, Dalva Lazaroni de. *Esboço Histórico Geográfico... Op. cit.*, p. 221.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 209.

⁴⁸ *Idem*.

⁴⁹ MORAES, Dalva Lazaroni de. *O município de Duque... Op. cit.*, p. 4.

sobre o território, ou seja, foram mantidas as influências do diálogo entre a história e geografia, tão recorrente na escrita da história do início do século XX, com destaque ao potencial dos “caminhos” para o crescimento e desenvolvimento do território.⁵⁰

As gerações seguintes de pesquisadores abordaram novos protagonismos e disputas na localidade, mas muitos mantiveram o registro sobre a formação das freguesias e/ou Vilas. Ou seja, solidificam na base das pesquisas sobre a Baixada Fluminense o registro sobre o passado colonial, mantendo nos aspectos geográficos certo protagonismo na história da região. Deste modo, a obra de Lazaroni, além de valorizar uma determinada memória sobre a cidade, vinculada a imagem de ordem e progresso – um exemplo dos investimentos historiográficos para a aplicabilidade dos interesses políticos no território –, também estava de acordo com as expectativas do registro de história local no período. Ela apresentava as características geográficas da região, marcas dos estudos históricos e geográficos que receberam novos contornos após a década de 1930, com institucionalização universitária e com a criação do IBGE.⁵¹

Considerações finais

O município de Duque de Caxias foi o primeiro a se emancipar de Nova Iguaçu, em 1943, e atualmente é a terceira cidade mais populosa do Estado do Rio de Janeiro. Desenvolvendo ao longo dos anos atividades que são consideradas estratégicas economicamente para o Estado, como a Refinaria de Duque de Caxias, na década de 1960, e a própria Fábrica Nacional de Motores, o que se verificou foram muitas ações dos funcionários e de sindicalistas na cidade. As imagens de violência da região, recorrentes nos anos de 1950, foram vinculadas às práticas de resistência, especialmente, com o saque de 1962.

Quando Duque de Caxias é enquadrada como “área de segurança nacional”, em 1969, muitas medidas de contestação foram realizadas pelo legislativo da cidade e registrada nos periódicos locais. A articulação interna para a definição de Francisco Estácio como o primeiro interventor, em 1971, indicava as medidas em âmbito local para estabelecer participação e diálogos com o regime militar. Uma de suas primeiras medidas realizadas foi a autorização para a criação de um espaço com objetivo de resguardar e compilar registros históricos. Assim, o que verificamos, por meio dos periódicos locais, foi um investimento do legislativo em políticas de memória, o que influenciou, inclusive, a inauguração do Instituto, em 1973. Dentro de um contexto de mudanças administrativas, como o processo de fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, práticas de registros de memória foram mobilizadas na construção da identidade fluminense e Duque de Caxias, que estava sob os olhares do regime, obteve um protagonismo para o investimento sobre a história local.

⁵⁰ SILVA, J. Romão da. *Denominações indígenas na toponímia carioca*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1966.

⁵¹ FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Historiografia e a... Op. cit.*, p. 48.

Em primeiro momento, a proposta foi de criar uma imagem de “progresso” para cidade e um discurso que ela “não é aquela comuna”. As críticas foram contra aos registros midiáticos, principalmente aos noticiários sobre o Saque de 1962. Assim, com a criação do Instituto, com foco no acervo, nas comemorações e nas medalhas, foram realizados investimentos para consolidação de memórias. O uso do passado, na figura do patrono, no contexto político do período, foi conveniente, considerando o significado do Duque de Caxias ao Exército Brasileiro.

Sob o período da intervenção do coronel Renato Moreira da Fonseca (1975-1979) foi publicado o livro de *Esboço Histórico Geográfico do Município de Duque de Caxias*, de Dalva Lazaroni, diretora do Instituto Histórico da cidade. A apresentação da obra é realizada pelo interventor, que enfatizou o papel da produção para a região e para a instrução na cidade. Sua abordagem seguiu um padrão das primeiras produções sobre o território, na qual foram mantidas as influências do diálogo entre a história e geografia, tão recorrente na escrita da história do início do século XX, com destaque ao potencial dos “caminhos” para o crescimento e desenvolvimento do território, bem como a valorização do patrono e dos “ilustres” da cidade.

Desse modo, pontuar as ações do Instituto, desde sua criação, durante o início da intervenção na cidade, em 1971, até o ano de 1985, quando o município recuperou sua autonomia, possibilitou identificar as medidas adotadas para consolidação de uma memória desejada. A instituição favoreceu a construção de imagens sobre o território e serviu para estabelecer aproximações com o regime militar.

Os institutos locais possibilitam identificar as relações entre o saber e o poder, as mudanças e as permanências na escrita da história. Logo, muitas das produções oriundas destes espaços, consideradas, de um modo geral, não acadêmicas, como diz Sarlo, não podem ser ignoradas. Nesta perspectiva, a pesquisa sobre a instituição, que permanece em curso, considera que a produção de Dalva Lazaroni pode ser enquadrada como parte do processo de solidificação dos significados da escrita da história local para aplicabilidade dos projetos políticos na região e que desdobrou em muitas disputas de memórias na atualidade.

Referências

Fontes

Documentos Impressos

INSTITUTO HISTÓRICO THOMÉ SIQUEIRA BARRETO (IHTSB). *Autorização de 13 de abril de 1971 para abertura do IHDC*. [S. n. t.].

INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (IH-CMDC). *O Municipal*, Duque de Caxias (RJ), 3 nov. 1972.

BIBLIOTECA NACIONAL - RIO DE JANEIRO (BN-RJ). *Luta Democrática*, 2 fev. 1972. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 11 jan. 2020.

Recursos Online

Brasil / Rio de Janeiro/ Duque de Caxias. *IBGE*. (Plataforma). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/duque-de-caxias/pesquisa/23/25207?tipo=ranking>. Acesso em: 22 jul. 2019.

PEIXOTO FILHO, José. (Verbetes). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. (Recurso Online). Disponível em: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/peixoto-filho-jose>. Acesso em: 2 mar. 2020.

Bibliografia

ALVES, José Cláudio. *Dos Barões ao Extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2002.

CANTALEJO, Manoel Henrique de Souza. *O município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964-1985*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

DANTAS, Lohane Cristina Castro *et al.* Mulheres como protagonistas na política: a representatividade da mulher na política da Baixada Fluminense - Duque de Caxias e Magé, RJ. *Revista Periferia*, Duque de Caxias (RJ), v. 10, n. 2, p. 203-217, jul.-dez. 2018.

ENNE, Ana Lucia Silva. *Lugar, meu amigo, é minha Baixada”: Memória, Representações Sociais e Identidades*. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Historiografia e a identidade fluminense. A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950*.

2009. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GOFF, Le Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2013.

LUSTOSA, José. *Cidade de Duque de Caxias*. Desenvolvimento Histórico do município - dado gerais. Rio de Janeiro: Serv. Gráfica do IBGE, 1958.

MARQUÊS, Alexandre dos. *Militantes da cultura em uma área periférica de Duque de Caxias (1950-1980)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Severino Sombra. Vassouras (RJ).

MORAES, Dalva Lazaroni de. *Esboço Histórico Geográfico do Município de Duque de Caxias*. Duque de Caxias, RJ: Arsgráfica, 1978.

MORAES, Dalva Lazaroni de. *O município de Duque de Caxias: sua terra, sua gente, sua economia*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1990.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

REVEL, Jacques. A microanálise e a construção do social. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: Cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

SIMÕES, Manoel Ricardo. *A Cidade estilhaçada*. Reestruturação Econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. Mesquita, RJ: Entorno, 2007.

SOUZA, Marlúcia Santos de. *Escavando o Passado da Cidade: História política da cidade de Duque de Caxias*. Duque de Caxias, RJ: APPH-Clio, 2014.